

**Informe
do Comitê
Central do
Partido
Comunista do
Brasil**

**Março
1980**

APRESENTAÇÃO

Este informe do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, de março de 1980, é um documento valioso que todos os militantes devem conhecer. Sua republicação é uma necessidade, pois o Partido deve conservar viva a sua memória de luta contra os inimigos e contra as errôneas tendências que aparecem no seu seio. A história do Partido constitui fonte de conhecimento aos que almejam a vitória da revolução. Em sessenta e oito anos de existência, o PCdoB acumulou rico patrimônio de experiências da luta social no Brasil.

O documento do CC dá uma visão clara e abrangente da luta interna que se travou nas fileiras partidárias ao final da década de 70 e início da de 80, uma das mais graves que o Partido enfrentou. A ditadura militar havia causado danos de monta ao movimento revolucionário. O Partido perdera muitos destacados dirigentes e militantes, assassinados pelos generais. Internacionalmente, a China abandonara as idéias do socialismo científico e abriu o país ao capital estrangeiro. Rompia com a Albânia socialista e o seu partido de vanguarda (PTA). O maofismo, tido como doutrina avançada, revelara-se antagônico ao marxismo-leninismo. É um período de renegação dos ideais revolucionários no qual a União Soviética revisionista tinha papel preponderante.

É nesse ambiente que os oportunistas dentro do Partido levantaram a cabeça. Investem contra o Partido e sua direção nacional, aproveitando-se do fato de que essa direção, por circunstâncias alheias à sua vontade, encontrava-se temporariamente no exterior. Membros do Comitê Central, alguns saídos da prisão, iniciaram o "trabalho de sapa", cujo objetivo principal era liquidar o partido revolucionário da classe operária. Nominalmente, Oséas Duarte, Vladimir Pomar, Delzir, José Novais, e depois, Nelson Levi. Juntaram-se a eles, José Genofno, Ronald, Carlos Eduardo e outros.

Inicialmente, defenderam uma plataforma de direita que apresentaram à VII Conferência. Mais adiante, deixaram a plataforma de lado e se apresentavam como "autênticos" revolucionários. Antes, atacavam o Partido, acoimando-o de ultrarrevolucionário, de aventureiro; em seguida passaram a dizer que era oportunista, de direita. Condenavam com ódio o movimento guerrilheiro do Araguaia. Não tinham princípios. Eram liquidacionistas. Todos eles, ou quase todos, mais tarde foram bater às portas da social-democracia. Tornaram-se figuras importantes de partidos reformistas. Alguns criaram siglas próprias, que faliram.

O Partido Comunista do Brasil prosseguiu no seu caminho, reforçou suas fileiras, elevou seu prestígio entre a população. Destacou-se como organização respeitada nas áreas populares e de esquerda. A vida confirmou a justeza da sua orientação política.

O informe de março de 80 põe em evidência princípios básicos de organização em que se alicerça o Partido, princípios que são, ao mesmo tempo, democráticos e revolucionários. Mostra também os métodos justos de luta interna adotados pelo Partido. O Comitê Central não atuou impositivamente. Procurou discutir, argumentar, esclarecer questões nebulosas. Esforçou-se por trazer os elementos diver-

gentes para as posições corretas do Partido. Não se escusou de aceitar certas exigências desses elementos como seja a convocação do Congresso do Partido, desde que se preenchessem condições prévias indispensáveis. Aliás, o Congresso foi convocado e realizado com êxito em 1983. Lugar importante no informe do CC ocupa o capítulo sobre as raízes ideológicas das divergências. Aborda o quadro geral dos fatores que exerciam pressão sobre os combatentes menos seguros.

O informe do CC é uma boa leitura e bom material de estudo.

J. A.
Março de 1990

BIBLIOTECA
DO
P C do B
REGIONAL / RN

Quando da publicação deste informe, em março de 1980, o país ainda vivia submetido a uma ditadura militar. Por isto, as pessoas citadas foram identificadas de forma codificada.

Hoje podemos declinar os nomes, sem problemas de segurança.

M - Oséas Duarte
UL - Ronald Rocha
G - José Genofno Neto
T - Wladimir Pomar

MT - Maria Trindade (camarada que sempre se manteve fiel ao partido e que manteve comportamento firme e corajoso diante dos torturadores).

INFORME DO COMITÊ CENTRAL

Camaradas,

Nestes últimos tempos, surgiram em nosso Partido divergências acerca de uma série de problemas. Paralelamente, desenvolve-se uma luta aberta contra a sua direção e a sua linha política, acompanhada de atividades antipartido.

O CC, nesta sessão plenária, abordará o assunto, que diz respeito à luta ideológica e à defesa da unidade do Partido do proletariado, à base de princípios.

Faz-se necessário uma firme e urgente tomada de posição do Comitê Central.

O APARECIMENTO DE DIVERGÊNCIAS

Quando e como surgiram as divergências no Partido?

Até a primeira parte da VII Conferência Nacional não tínhamos conhecimento de divergências no seio do Partido. As que existiam em torno da avaliação da luta no Araguaia limitavam-se ao âmbito do Comitê Central. Nesta primeira parte da Conferência estavam presentes, além de membros do CC radicados no Brasil, representantes do Partido em diversos Estados. Os debates decorreram normalmente. Incompreensões maiores giraram em torno da Frente de Redemocratização, problema novo que só há pouco tinha sido encaminhado pela direção, e foi logo esclarecido. As opiniões finais foram unânimes.

Após a primeira parte da VII Conferência, chegou-nos às mãos um documento enviado pelo camarada M com a recomendação de que o mesmo fosse considerado naquela reunião. Nele se configuravam claras divergências com a orientação do Partido. Infelizmente, pelo canal que veio, não chegou a tempo. Soubemos, logo depois, que esse documento não era apenas da autoria do camarada M, mas de três camaradas: M, UL e G. Aqui já se coloca uma questão: podem, no Partido, três elementos de organismos diferentes, ou sem vinculação orgânica, reunirem-se para formular um documento comum que, além do mais, é uma verdadeira plataforma política, a fim de enviá-lo aos órgãos dirigentes do Partido? Do ponto de vista dos nossos princípios e das normas leninistas de organização, tal não é admissível.

Qualquer membro de CC e de outros organismos têm o direito de enviar a sua opinião ou a opinião comum (ou majoritária) de um mesmo organismo, aos dirigentes do Partido.

Nunca porém, elementos de diferentes organismos, ou mesmo de um único organismo, têm o direito de se reunir à parte para formular proposições comuns.

O documento do camarada M e outros foi defendido na II parte da Conferência Nacional pelo camarada UL, que nele foi introduzindo, por sua conta, modificações de forma, tentando suavizá-lo ou mesmo suprimindo algumas passagens mais gritantemente de direita.

A opinião defendida por UL contou com o apoio, em todos os seus aspectos, do 1º secretário da Estrutura 1 de São Paulo, ali presente.

Qual o conteúdo do documento dos três camaradas?

A opinião expendida na VII Conferência e depois, de maneira mais completa,

numa reunião de membros do CC é, em resumo, a seguinte: trata-se de uma plataforma política e ideológica de fundo oportunista e de um oportunismo que vai até o liquidacionismo.

Pensamos que o camarada M deve entregar ao CC uma cópia desse documento - tal como foi enviado ao CC (nós temos dele uma cópia em xerox na Europa) - a fim de que os membros do CC que não tomaram dele conhecimento o examinem melhor, já que estamos enfrentando uma luta interna de certas proporções.

Num recente encontro com o camarada M ele afirmou reconhecer que, nesse documento, haviam opiniões errôneas, uma análise atrasada da situação. Mas no seu entender haviam opiniões de fundo, corretas, que hoje ele desenvolveu mais ainda. Não conhecemos o ulterior desenvolvimento das opiniões do camarada M e limitamo-nos, portanto, ao documento conhecido.

Esse documento faz uma análise falsa da realidade e apresenta uma perspectiva ainda mais falsa. Não se trata somente de exame conjuntural atrasado. Mas de uma séria incompreensão sobre o processo de desenvolvimento da luta de classes, no plano nacional e internacional, e da situação em nosso país, incompreensão que servia de base a toda a orientação do documento.

Nele considerava-se que a ditadura militar estava *forte* e não em crise e decomposição, subestimando-se seriamente os fatores de avanço do movimento democrático e operário, opinião que os próprios acontecimentos no país se encarregaram de refutar. Afirmava-se mais; que o Brasil era o *elo mais forte da cadeia imperialista*. Do ponto de vista do marxismo-leninismo isto significa que o Brasil seria um dos baluartes seguros da contra-revolução, um país sem possibilidades de realizar, pelo menos num futuro previsível, a revolução. Porque a revolução, segundo Lênin, dar-se-á ali onde for mais débil o elo da cadeia imperialista, ali onde as contradições agravadas do sistema imperialista o tornem mais vulnerável. Hoje, no movimento marxista-leninista, aprofundando-se o pensamento de Lênin em face da crise geral do capitalismo, discute-se a questão de que o conceito de *elo mais fraco* já não se aplica somente a certos países, mas a todo um conjunto de países onde as possibilidades da revolução são viáveis. O camarada M e outros, nesta questão fundamental, incorrem em grave erro de sentido estratégico e tático.

Da análise e perspectiva falsa da realidade brasileira, o documento dos três deduz e elabora o que lhes parece deveria ser a tática do Partido: uma tática extremamente defensiva, oportunista, totalmente inadaptável à realidade nacional, que colocaria o Partido a reboque dos acontecimentos.

Mas o documento não trata apenas do aspecto político, mas também do Partido e de seus fundamentos ideológicos. Tendo por base uma premissa política falsa, chega ao ponto de propor uma posição de fundo liquidacionista. O Partido deveria *fungir-se de morto*, isto quando já se falava abertamente e amplamente no país em termos de política partidária. De forma alguma o Partido deveria aparecer com a sua filosofia própria, mas manter-se *emboscado* atrás dos aliados. Ou seja: o Partido seria apenas uma política, um movimento amorfo e sem expressão definida, que se manifestaria através da ação de outras correntes políticas.

Além disso, o documento faz uma apreciação profundamente negativa da atividade do Partido que, segundo esses camaradas, teria cometido inúmeros e graves erros. Este não estaria alicerçado nos princípios leninistas e por isso sua atuação

presente e passada deixaria muito a desejar.

Em síntese, esse é o conteúdo do documento de M, UL e G. Pode-se imaginar onde teria ido parar o PC do Brasil se as idéias desse documento tivessem sido aprovadas na VII Conferência. Estaríamos enfrentando uma crise grave de desmoralização política do Partido, seríamos a força mais recuada do processo político em curso.

Até aí é o que havia surgido de divergência no Partido. Não nos parecia nada de mais que um companheiro ou outro tivesse se equivocado. O próprio UL havia aceitado uma parte da crítica. Pensávamos retornar ao assunto, para esclarecê-lo, se as opiniões que consideramos errôneas permitissem.

OUTROS TIPOS DE DIVERGÊNCIAS, TRABALHO ANTIPARTIDO

Depois da VII Conferência Nacional do Partido começaram a surgir outros tipos de divergências, que se foram acentuando, sobretudo em São Paulo e na Bahia. Divergências que, em alguns casos, evoluíram num sentido nitidamente antipartido. Não reunimos ainda todo o material e as informações a respeito. Mas o que já conhecemos é suficiente para caracterizar uma atividade perigosa, que põe em jogo a unidade e a existência mesma do Partido. Vamos aos fatos. Começemos pela atividade de T, destituído da direção pela VII Conferência.

Depois que saiu da prisão, ele fez várias viagens pelo país, realizando trabalho de proselitismo contra a orientação e a direção do Partido, tentando ganhar elementos para as suas posições.

À revelia do CC criou, por conta própria, um chamado Centro de Pesquisas dentro do qual procura reunir os elementos que, como ele, estão na mesma linha de desacordos com o Partido. Em princípio, não seria mal que o Partido criasse um Centro de Pesquisas e Debates Culturais. Mas com o fim de divulgar a orientação do Partido, dos seus órgãos dirigentes, e ganhar amigos e aliados para as posições do Partido. Claro que tal Centro estaria subordinado à direção do Partido e por ele orientado. Mas não é disso que se trata. O Centro de Pesquisa de T é uma organização "independente do Partido" e se destina a realizar um trabalho, às vezes aberto e às vezes camuflado, contra a orientação partidária, contra o Partido. E mais: é um Centro antimarxista-leninista. Nós, os marxistas-leninistas, sabemos que há um pensamento estruturado cientificamente - o marxismo-leninismo - o único "coerentemente elaborado" para iluminar o caminho da transformação social, pensamento que se aplica, criadoramente, à realidade concreta de cada país, tendo em conta o conjunto de fatores sócio-econômicos, históricos e culturais dos diferentes lugares. Ora, o Centro mencionado, propondo-se "à formação de um pensamento democrático, coerentemente elaborado, para a transformação social", nega a existência no Brasil de um pensamento já estruturado com vistas à transformação social; nega, assim, o marxismo-leninismo. Segundo ele, esse pensamento seria elaborado com "a participação de diversas correntes de pensamento no intercâmbio e no debate de idéias". Quais correntes de opinião? São correntes não-marxistas ou pretensamente marxistas-leninistas, uma vez que é muito difícil, fora do Partido, encontrar correntes marxistas-leninistas. Pode-se imaginar a espécie de pensamento - pensamento revisionista, porque antimarxista-leninista - que surgirá de tais debates e intercâmbio de idéias.

Com a convivência de outros camaradas e simpatizantes, ele utilizou a imprensa não-partidária, ainda que aliada, para divulgar, por conta própria, documentos internos, reservados, do Partido. E para abrir discussão pública, à margem dos órgãos dirigentes, sobre questões da orientação partidária. Nisto não difere muito do que fizeram os revisionistas, em 1956, que se julgaram com o direito de abrir, por conta própria, discussão da orientação partidária e publicar documentos internos, reservados, do Partido, sob o pretexto de se opor ao "autoritarismo" da direção.

O Partido, camaradas, tem seus princípios de organização, princípios que são aceitos voluntariamente por todos os que ingressam em suas fileiras. Estes princípios estão refletidos nos Estatutos. Aí se diz que "o princípio diretor da organização do Partido é o centralismo-democrático que significa centralização com base na democracia e democracia sob direção centralizada". E ainda: "A unidade e a disciplina do Partido, fundadas no centralismo-democrático, são incompatíveis com qualquer forma de atividade desagregadora ou fracionista". As discussões amplas no Partido são abertas unicamente pelos seus órgãos dirigentes, pelo CC, que é quem dirige o Partido entre um e outro Congresso. Abrir discussão por cima dos órgãos dirigentes é realizar trabalho de desagregação, seja qual for a alegação invocada. Chama a atenção o fato de que os documentos publicados eram reservados do CC. Só havia uma cópia de cada opinião dada pelos membros do CC e essa cópia caiu na Lapa.

Quem, portanto, forneceu as cópias publicadas? Pode-se supor que, rompendo com a decisão do próprio CC, depois da viagem de Amazonas, alguém se apoderou, indevidamente, dessas cópias. O pretexto de que não havia mal em publicá-las porque já eram do conhecimento do inimigo não tem fundamento. Só o CC poderia decidir sobre a questão. Ao publicá-las, consciente ou inconscientemente, se estava fazendo o jogo da reação, interessada em propalar que o Partido estava dividido.

T foi mais adiante e explicitou sua posição de luta contra a direção do Partido num documento intitulado "Em Defesa da Verdade" que fez circular entre os militantes em todo o país.

Nesse documento destacaram-se três questões principais: 1) sua destituição do CC pela VII Conferência; 2) divergências em torno de posições políticas; e 3) conduta frente ao CC.

Como T difundiu largamente seus pontos de vista infundados e desafiou o CC a contestá-lo com provas, somos obrigados, mesmo a contragosto, a recorrer aos fatos concretos, verídicos, para ajudar as pessoas que leram seu documento a considerar de que lado se encontra a razão. E também porque não podemos deixar sem resposta as acusações e a conduta antipartidária de T, de luta contra a direção do Partido, expostas nesse documento.

Sobre a primeira questão, T alega que foi ilegal sua destituição do CC (fala em "completa nulidade da decisão"); diz que o CC fez campanha de mentiras, calúnias e difamações contra ele; diz que a decisão de afastá-lo da direção já fôra tomada *antes* da VII Conferência e que não se lhe garantiu "o amplo direito de defesa" que o próprio inimigo lhe assegurara na Justiça Militar. E exige que provem ter sido incorreto e de capitulação seu comportamento na prisão.

Examinemos essa primeira questão. Durante muito tempo - e ainda que interessadíssimos no assunto - desconhecíamos a conduta dos camaradas presos.

As primeiras notícias que tivemos foram duas cartas nas quais se afirmava que, no fundamental, todos tinham passado relativamente bem pela prova, embora se houvessem cometido erros. Noutra se dizia: falou-se demais, é bom ver a denúncia do Promotor. Não tardou muito para que nos chegasse, enviado por um CR, o Diário Oficial com a denúncia. O procurador da Justiça Militar citava entre aspas certas passagens de declarações dos presos, realmente graves, incompatíveis com os nossos princípios.

Até então - e aqui desejamos enfatizar - não tínhamos opinião formada a respeito da conduta de nenhum preso, embora já os argumentos da Procuradoria indicassem existir erros graves.

Lemos os depoimentos já no curso dos debates da VII Conferência. Entregamo-los a todos os participantes para deles tomar conhecimento e só depois discutirmos. As opiniões foram unânimes: todos condenaram as posições dos principais detidos. Fizeram-se gradações: a conduta não era igual - uns a tiveram pior que outros. Nessa base, a VII Conferência adotou a posição conhecida. Dizer que todo militante preso fica *automaticamente afastado do Partido* não é correto. O detido não pode dar orientação a quem quer que seja a partir do cárcere, está suspenso da atividade orgânica do Partido. Mas não é automaticamente afastado do Partido, mantém sua condição de militante ou dirigente, salvo se houver dúvidas sobre a sua queda e sobre a sua conduta na prisão. Só nesse caso ele é afastado até que se esclareçam os fatos relativos ao seu comportamento diante do inimigo de classe.

Podia a VII Conferência destituir do CC os elementos encarcerados? Teria exorbitado de suas funções? De forma alguma. Era o seu dever. Será que precisava, primeiro, ouvir tais elementos? Isto não era necessário, porque a VII Conferência baseou sua decisão, não em opiniões de terceiros, mas em documentos assinados pelo próprio punho dos presos - os depoimentos, ou seja, baseou-se na confissão dos acusados. E o que se diz nos depoimentos é indefensável. Qualquer partido operário que se respeite estava obrigado a tomar uma primeira decisão: destituir dos postos dirigentes, à base das declarações contidas nos depoimentos, os camaradas incriminados. Foi o que fez a VII Conferência.

Contudo, a VII Conferência não adotou nenhuma medida de expulsão ou de afastamento do Partido. Na decisão que tomou, indicou uma Comissão de Inquérito. Esta Comissão não foi criada para examinar os fatos relativos à destituição do CC, como T procura insinuar. Uma vez que tais fatos eram evidentes por si mesmos. Quem cometeu os erros constantes dos depoimentos não podia de forma alguma continuar como dirigente do Partido. À Comissão cabia averiguar os fatos relativos ao comportamento na prisão, a fim de confirmar ou não a militância desses camaradas nas fileiras partidárias. E essa confirmação não se daria sem previamente ouvir os camaradas, como se vem fazendo.

A decisão da VII Conferência a esse respeito mostra que o nosso Partido é um partido sério, um partido proletário-revolucionário, que não faz concessões em matéria de princípios, que educa seus militantes no preceito de que os segredos do Partido, da sua organização, devem ser mantidos a todo custo e que a honra do Partido, a defesa de seus princípios, de sua natureza de classe, terão que ser sustentados ao preço da própria vida, se necessário. E se isto é lei para todo o Partido, o é com mais peso ainda para os seus dirigentes.

Inflexível na aplicação dessa lei, lei que diz respeito à moral comunista, o Partido sabe ajuizar cada caso de comportamento na prisão, a gravidade maior ou menor das faltas e, nessa base, procura ajudar os que cometeram certos erros a realizar, na ação prática, sua autocrítica sincera e conseqüente a fim de conseguirem, plenamente, sua reabilitação.

O camarada T, distorcendo a verdade, quer se fazer passar por vítima do que ele chama pejorativamente "os remanescentes do CC". "Em nenhum momento - escreveu ele - titubiei diante do dever de defender minha posição e conduta de dirigente e militante comunista e a política do Partido". Talvez, camaradas, tivéssemos que publicar o depoimento de T e fazê-lo chegar ao conhecimento de todo o Partido e de seus amigos para que julgassem melhor a sua conduta diante do inimigo de classe?

Aqui, para facilitar a discussão, levantamos apenas algumas passagens desse depoimento.

Os camaradas sabem que MT, desde o momento de sua prisão, declarou justificadamente que não era membro do Partido. E, apesar das torturas, manteve essa opinião. Os inquisidores não tinham fatos concretos para acusá-la e condená-la desse pretense delito. Procuravam obter testemunhos que os ajudassem a incriminá-la. T veio em socorro deles. Em seu depoimento declara que "sem sombra de dúvida ela é membro do Partido". E para reforçar sua afirmação e convencer dela os policiais, acrescentou: "se ela não fosse membro do Partido, não poderia estar num trabalho de tanta responsabilidade". Precisamente nesta declaração baseou-se o Procurador da Justiça Militar para pedir a condenação de MT. Como se chama isso, camaradas? Colaboração com o inimigo de classe contra um camarada que está preso e sofrendo sevícias. Onde está a moral comunista?

T declarou também que quem o enviou para o NE a fim de fazer guerrilhas fora E. Esta declaração poderia ter acarretado a prisão de E e um duro processo policial-militar contra ele. A prisão não chegou a se efetuar (E vivia na clandestinidade), mas isto não anula a ignomínia da denúncia que, além do mais, não era exata. Como se chama isso, camaradas?

Mais adiante, no depoimento, ele ataca de maneira soez o Partido.

Disse que o Partido era financiado pelo exterior (coisa que a polícia e a reação sempre disseram com o fim de desmoralizar o Partido e "provar" que não tem raízes nacionais). Também aqui T vem em ajuda dos difamadores e, na sua condição de membro do CC, atesta a acusação reacionária, passa recibo de uma inverdade, colaborando com o inimigo de classe. Só um ferrenho adversário do Partido é capaz de semelhante conduta provocadora.

Tratando de se defender, T, em seu depoimento, insinua claramente estar em divergência, ou seja, em desacordo com o Partido, o que, no fundo, significa renegar, diante do inimigo de classe, o próprio Partido. Ainda que o dirigente pudesse ter esta ou aquela divergência com a orientação partidária, jamais poderia invocá-la diante dos agentes do aparelho repressor. As divergências são problemas internos da organização que se resolvem no plano do Partido. Não podem servir de escudo para se defender do inimigo, em especial, quando está em jogo, numa dura prova, a firmeza do revolucionário e a sua fidelidade à vanguarda do proletariado.

Para agravar sua situação, T declara, no final do depoimento, haver dito tudo

conscientemente, livremente, sem constrangimento de qualquer natureza, sem sofrer nenhuma coação física ou moral; o que torna ainda mais comprometedor os termos de suas declarações aos órgãos de segurança, conhecidos de todo o povo por sua brutalidade e selvageria.

Procurando desviar a atenção dos fatos capitais que determinaram a sua destituição do CC, T afirma, em seu documento, que fora afastado do CC por divergências políticas. "Porque - escreve ele - eu concordava com as posições sintetizadas na carta de Pedro Pomar". E trata de passar ao ataque, responsabilizando a direção do Partido pela queda da Lapa.

T tem tido divergências com a orientação do Partido. E não só tem divergido, mas tomado atitudes incorretas, cometido faltas graves, em várias ocasiões, que causaram graves danos à organização partidária. Apesar disso, nunca sofreu qualquer punição, embora muitos membros do CC considerassem a ausência de punição como manifestações de liberalismo na direção.

É este camarada, que usufruiu de excessiva tolerância da direção do Partido face às sérias faltas cometidas, que agora busca posar de vítima de punições. "Fui punido por estar de acordo com a carta de Pomar..." É de estarrecer! Divergências políticas em torno do problema do Araguaia haviam também com outros membros do CC. Acaso algum deles foi punido por esse fato? Por que só o T seria punido? E os outros membros do CC que não tinham divergências a esse respeito e no entanto foram afastados do CC? Não. Não foram as divergências políticas, nem mesmo sua atividade contrária às normas partidárias, que determinaram sua destituição do CC, mas o seu comportamento incorreto na prisão. As divergências, quando conduzidas dentro das normas do Partido e do respeito à sua unidade, não constituem motivos de punições. São esclarecidas na luta ideológica, definida no interesse do Partido.

As insinuações malévolas de T sobre pretensão desinteresse do CC na apuração das causas da queda da Lapa visam simplesmente turvar as águas e distorcer a verdade. Parece que ele é quem estaria empenhado no assunto... É sabido que, desde o momento em que tomou conhecimento da tragédia, a direção do Partido no exterior encarou-a com a máxima seriedade. Já o Comunicado do CC de janeiro de 1977 sublinhava: "Impõe-se aprofundar o exame das causas que deram motivo à localização dos dirigentes do Partido". Por todos os meios, procurou-se reunir o maior número de informações e tentar esclarecer o sucedido. A fonte principal da informação estava, sem dúvida, nos camaradas presos. Tentamos insistentemente saber a opinião deles. E, à base dos dados e indícios recolhidos, começamos a fazer uma avaliação preliminar das possíveis causas da queda. Em consequência, adotou-se uma série de providências acauteladoras. Nesta questão, porém, não se pode ser precipitado, para evitar graves injustiças. O esclarecimento definitivo de fatos dessa natureza às vezes duram anos, mas acabam sendo aclarados. Querer atribuir o alcance da queda da Lapa ao tipo de casa utilizada ou ao Estado onde se efetuavam as reuniões da direção é fugir à questão principal. A segurança da casa não está na própria casa. Pode-se utilizar até mesmo uma fortaleza e o inimigo arrasá-la. Mudar de Estado adiantaria pouco. Se se confirma a causa provável da queda, ela tanto se daria em São Paulo, como alhures. A segurança - esta é a nossa experiência - está nos métodos de utilização da casa, no rigor da clandestinidade. Durante doze anos,

nosso Partido atuou dessa forma, sem qualquer acidente grave. Algo aconteceu na Lapa de estranho que conduziu aos dolorosos acontecimentos de dezembro de 1976. Não desistiremos, nem negligenciaremos de pesquisar a causa da queda. A VII Conferência tomou a decisão de recomendar ao CC a criação de uma Comissão de Inquérito para prosseguir esse trabalho. Nesta questão iremos até o fim.

Em seu documento "Em defesa da verdade", T toma posição aberta contra o Partido, atacando sua direção, que é o órgão mais representativo do Partido. Fala em termos como estes: "companheiros que se intitulam CC", "grupo minoritário que assumiu a direção do Partido"; "companheiros do CC que enveredam pelo caminho da calúnia e da mentira". E remata essa apreciação afirmando que "o CC não tem autoridade para destituir um de seus membros eleito na VI Conferência".

Semelhantes ataques só fazem demonstrar que T afastou-se completamente do caminho partidário e entrou na senda perigosa do combate ao Partido, ao seu órgão dirigente. O Partido é uma organização centralizada. Entre um e outro Congresso, o CC representa o Partido. A unidade se faz em torno do CC.

A afirmação de que o CC está desfalcado de elementos que haviam sido eleitos na VI Conferência, com o fim de menosprezar o seu papel, não passa de artimanha. Nas condições de dura clandestinidade, num período de fascismo, o Partido, cuja direção havia sido atingida pela repressão, reestruturou o CC e esse CC é legítimo. Não tinha porque ficar esperando por uma nova Conferência ou Congresso, dificilmente realizável na situação em que vivia o país. Os Estatutos do Partido, em seu artigo 20, diz que o CC pode completar-se mediante cooptação. E assim aconteceu em princípio de 1975, com a aprovação também de T. Ele diz que o CC não tinha autoridade para destituir um de seus membros eleitos na VI Conferência. Mas quem o destituiu foi a VII Conferência Nacional. E o CC tinha todo o direito de fazê-lo. Acaso faleceu autoridade ao CC quando expulsou (note-se, expulsou, e não apenas destituiu) três de seus antigos membros: Vergati, Zé Maria e Roberto Martins? Acaso se decidiu primeiro ouvi-los? Não. Foram expulsos na reunião de dezembro de 1976 à base do conhecimento que tinha o CC da conduta indigna desses ex-dirigentes diante da reação. E foi uma decisão justa, *decisão que contou com o voto de T*. Por que o CC em dezembro de 1976 podia expulsar membros eleitos na VI Conferência e não podia simplesmente destituir (o que aliás foi feito na VII Conferência), em 1979, outros elementos eleitos naquela Conferência? Ou T reivindica tratamento privilegiado no seu caso?

O CC pode, temporariamente, ter o número de seus membros reduzido, sem que isso afete a sua autoridade. São numerosos os casos no movimento comunista mundial em que os comitês centrais de diferentes partidos se viram forçados a diminuir seus efetivos até a menos de uma dezena. Nosso CC conta atualmente com um conjunto razoável de membros, nenhum cooptado depois de janeiro de 1975. O suposto "sistema de cooptação transformado em rotina", alegado por T, não corresponde à realidade.

Assim, camaradas, se colocam as questões com relação ao documento calunioso e inverídico de T, documento antipartido por ele distribuído entre os nossos militantes. Como julgar esses fatos de suma gravidade? Novamente, com tolerância, com benevolência? Isto seria a desmoralização do Partido, um fator de sua desintegração ideológica.

Passemos a outros fatos também de caráter antipartido.

Em São Paulo, realizaram-se cursos com evidentes propósitos de combater a orientação partidária e os fundamentos do Partido, sob o pretexto de difundir o marxismo-leninismo. Para esses cursos organizaram-se "apostilas didáticas" tendo por base algumas obras de Lênin. As apostilas, com suas "explicações prévias", não passam de deturpação do leninismo. Nelas, Lênin, o grande revolucionário proletário, é convertido sub-repticiamente num liberal, partidário da cisão a todo custo, organizador de lutas internas contra o Partido e sua direção. A concepção de Lênin do centralismo-democrático e da luta interna é desfigurada para servir de justificativa às posições antipartidárias dos elementos que, hoje, procuram desagregar o Partido e afastá-lo de seu caminho proletário-revolucionário. Comparando épocas distintas e situações distintas, fazendo transplantações mecânicas, os autores das "explicações prévias" tratam de induzir os leitores (ou ouvintes) a associar os acontecimentos de um período bem distante com o que pretendem estivesse ocorrendo no nosso Partido. Deixam subentender, ridiculamente, que a direção do Partido é composta pelos Gliébov, sendo que eles, os que investem contra o Partido e seu CC, seriam os Lênin da atualidade. E assim como Lênin, em 1904, convocara um congresso para defender os princípios do Partido e opor-se aos oportunistas (ou mais precisamente, para defender o espírito de Partido contra o espírito de círculo), eles também, os inconformados de hoje, estariam no direito de passar por cima do CC e das resoluções da VII Conferência Nacional para fazer o que bem entendessem contra a unidade do Partido, contra seus princípios básicos.

Decididamente, Lênin não vem em ajuda dos desagregadores. Foi sempre um adversário tenaz de todo fracionismo, um defensor da disciplina partidária, do verdadeiro centralismo-democrático, proletário, e não do liberalismo burguês. Ele precisamente, afirmou que, no período que vai de 1903 a 1911 (a fase em que os desagregadores se apegam) "o fracionismo é o traço distinto principal do Partido social-democrata (comunista) numa época histórica determinada". E que, "desde 1912, depois da expulsão do Partido de *todos* os mencheviques, oportunistas e cisionistas, não havia fracionismo na Rússia". Ele condenou com energia "a formação de grupos com plataforma especial e com a tendência a isolar-se até certo ponto e criar sua própria disciplina de grupo". Lênin sempre asseverou que o Partido Comunista é o partido da classe operária, partido que "somente poderá cumprir sua missão se estiver organizado de maneira a mais centralizada, se em suas fileiras impera uma férrea disciplina assemelhada à disciplina militar, e se seu núcleo dirigente for um órgão de elevada autoridade, com vastas atribuições, gozando da confiança de todos os membros do Partido".

Não seria demais aconselhar os autores das apostilas - e também os militantes do Partido, em geral - a ler as obras de Lênin de luta contra o liquidacionismo, o fracionismo, a cisão, escritas de 1912 a 1914, e a Resolução do X Congresso do Partido Bolchevique redigida por Lênin em 1921. São obras que refletem o pensamento de Lênin acerca da defesa do Partido, de sua unidade, da aplicação do verdadeiro centralismo-democrático.

Os cursos e as "explicações prévias", difundidos em São Paulo, estão voltados contra a direção do Partido. Constituem uma das formas do trabalho antipartidário que se realiza sobretudo entre os estudantes.

A ESTRUTURA 1, DE SÃO PAULO, NUM CAMINHO PERIGOSO

Também a Estrutura 1, de São Paulo, segue um caminho perigoso, e se envolve em atividade antipartidária.

Após a VII Conferência, a E-1 começou a adotar uma posição "independente", posição que foi se aprofundando cada vez mais. Atualmente, esse organismo não aceita a orientação do CC, segue sua própria orientação. O contato com o camarada do CC é apenas formal. Resiste a fornecer, como é de sua obrigação, uma informação detalhada sobre o Partido e sua atividade. Nem mesmo a composição da direção é clara para nós. Sabemos que havia, tão somente, um secretariado composto de 4 pessoas. O 1º secretário, que por sinal defendia as posições chinesas, se demitiu. Desconhecemos quem entrou na vaga por ele deixada e quantos são os membros desse organismo. A direção da E-1 não reconhece nem aplica as decisões da VII Conferência. A E-1 não distribui, não ajuda, não aceita a TO. E faz campanha contra o jornal. Em franco desrespeito às normas leninistas do Partido, elementos ligados à E-1 têm viajado pelo país, distribuindo materiais dessa estrutura e outros de conteúdo antipartido, semeando a confusão ideológica e política.

Mais ainda: por conta própria, resolveu incorporar a essa estrutura membros do Partido, antes ligados a outras esferas de trabalho e hoje em oposição à linha partidária. Trata de absorver e incorporar os elementos que se manifestam em oposição aberta ao Partido e à sua orientação. Transforma-se, assim, num centro de luta contra o Partido e suas decisões.

Quanto à orientação política que segue, apresenta-se em geral como de contestação às diretivas da direção central do Partido, acusada de triunfalismo, de fuga da realidade, de sectarismo, etc. Não aplica a linha do Partido, tem a sua própria linha. Em matéria de organização, durante curto tempo - e não sabemos se ainda persiste - apoiou-se no chamado documento de Xangai, que nada tem de comum com a realidade nacional e que, levado à prática em nosso país, representa tão somente um sério desvio de direita.

Recentemente, a E-1 editou um documento propondo a convocação do Congresso do Partido. Nesse documento, do conhecimento de todos, estão patentes os objetivos e o pensamento sinuoso de seus autores. É um documento, do começo ao fim, de ataque ao Partido.

Desde logo, a proposta não se dirige ao CC, mas ao Partido. Não segue o caminho estatutário, uma vez que só o CC pode organizar a consulta aos CC.RR. Violando os Estatutos, fez distribuir tal documento aos organismos e militantes em todo o país, com evidentes propósitos de semear a confusão e a discórdia. Ao mesmo tempo, concentra seu esforço em arrastar, pelo engano e distorção da verdade, alguns camaradas de CC.RR. para a sua linha de conduta desagregadora.

No debate desta proposta, destacaremos três questões:

- a) os assuntos a serem tratados no Congresso proposto pela E-1, ou seja, a sua ordem do dia;
- b) os fundamentos em que se baseia a proposta, com a refutação das razões invocadas e a defesa das posições do Partido;
- c) o caráter antipartidário e desagregador desse documento.

A ORDEM DO DIA DO CONGRESSO PROPOSTO

Os Congressos do Partido são, em geral, preparados pelo Comitê Central. Nelles se debatem questões precisas. Os Estatutos dizem (art. 9º) que os poderes principais do Congresso são: discutir os informes apresentados pelo CC e sobre eles decidir; elaborar ou modificar o Programa, os Estatutos e a linha política; eleger os membros do CC entre os militantes que contam mais de três anos de atividade partidária. Quando se trata de uma convocação extraordinária, a ordem do dia é fixada em função de determinadas questões, bem demarcadas, questões concretas em torno das quais surgiram divergências sérias ou sobre as quais se faz necessária a ratificação do conjunto do Partido.

A E-1, de São Paulo, pretende, porém, a convocação de um Congresso não em torno de questões determinadas, mas de questões gerais que abrangem a concepção mesma do Partido, o seu passado, a sua linha, as decisões de seus órgãos superiores. A proposta de ordem do dia, como se vê no texto do documento, inclui:

a) discussão sobre a guerrilha do Araguaia (e dentro dessa questão: a interpretação dada pelo Partido às leis gerais da revolução; a relação entre o papel da vanguarda e das massas; a concepção do partido leninista; o centralismo democrático; o princípio de direção coletiva; a relação entre o militar e o político);

b) discussão sobre debilidades orgânicas, apontadas como resultado da linha política, das concepções e métodos organizativos que dela dimanam;

c) discussão sobre a ligação do Partido com as massas e, em particular, com a classe operária. (Aqui se afirma que o Partido deixou de se implantar na classe operária como consequência de problemas teóricos, políticos e organizativos não resolvidos);

d) discussão sobre a atitude do Partido diante dos problemas teóricos do movimento comunista e da revolução brasileira, dizendo-se que as debilidades que existiram nesse campo "são questões de concepção geral a respeito da própria teoria e do próprio método de análise do marxismo-leninismo";

e) discussão a respeito de "concepções gerais sobre o Partido de tipo leninista, em particular sobre o centralismo-democrático e o princípio da direção coletiva". (Aqui se inclui o questionamento da VII Conferência, o funcionamento orgânico do Partido, a crítica às posições adotadas pelo Partido na luta contra o oportunismo chinês, a recusa à fusão das duas estruturas em São Paulo, etc.).

Depois de tudo isto, pode-se perguntar: afinal o que resta? Que questões precisas, determinadas, devem ser tratadas? Como se vê na proposta, trata-se de discutir os fundamentos mesmos do Partido, sua orientação geral, seu passado e seu presente, uma discussão que envolve a própria existência do Partido, tal como foi estruturado e alicerçado quando da sua reorganização em 1962.

Quem ingressa no Partido, o faz voluntariamente. Aceita os princípios nos quais ele se baseia, o seu Programa e os seus Estatutos. Não pode ingressar nele quem tem concepção de Partido diferente da sua, nem permanecer em suas fileiras se, mais tarde, se opõe aos seus fundamentos, alegando haver evoluído e formado outra concepção de Partido. Justamente por isso, o Partido expurga de suas hostes os elementos oportunistas. Não permite a existência de duas linhas em seu seio. As discussões gerais no Partido se realizam entre comunistas que aceitam a mesma

concepção de Partido, constante de seus documentos básicos, que defendem seus princípios, seu caráter de classe, discussões que visam a fortalecer sua unidade, corrigir os seus defeitos e erros, acaso existentes, elucidar problemas políticos, ideológicos da luta revolucionária.

Somente se faz uma discussão geral envolvendo as concepções de partido quando se trata de formar um novo partido ou reestruturá-lo, se uma tendência errônea modificou o seu caráter e impede que cumpra o seu papel revolucionário. Foi o que ocorreu em 1960/62 entre os marxistas-leninistas que sustentavam a bandeira do Partido e os revisionistas de Prestes que haviam renegado o velho partido e criado outra organização oportunista, deixando a classe operária sem sua vanguarda organizada.

Admitir a ordem do dia proposta no documento da E-1 é pôr em jogo a vida do Partido, Partido revolucionário, marxista-leninista, surgido da luta contra o revisionismo, Partido que se esforça para dar ao proletariado e ao povo brasileiro uma orientação segura e uma perspectiva revolucionária. O fundo dessa proposta é liquidacionista, porque em essência visa, sob o pretexto de reformulação geral dos princípios leninistas que supostamente nunca teriam sido compreendidos nem aplicados no país, a transformar o caráter do nosso Partido, a liquidá-lo tal como ele é, para dar lugar ao surgimento de outro Partido, pretensamente leninista, mas de cunho pequeno-burguês, antiproletário.

REFUTAÇÃO DOS “FUNDAMENTOS” DA PROPOSTA DA E-1

É longa a “fundamentação” da proposta da E-1. Nela impera o completo subjetivismo, o idealismo mais vulgar. Tudo é culpa do fator subjetivo. Por que o Partido não está “solidamente implantado” nos centros vitais da luta de classes? Por que a luta armada não foi vitoriosa? Por que houve debilitamento organizativo do Partido? Por que o centralismo-democrático não foi amplamente aplicado? Afinal, por que a revolução não triunfou ainda? Tudo é culpa do Partido, da sua linha, da sua direção, da sua concepção, etc., etc. Na realidade, tudo serve para atacar o Partido. Os que formularam a proposta mostraram-se incapazes de compreender o condicionamento histórico de todo o processo do desenvolvimento social, o caráter multilateral e complexo da luta de classes, a atuação de fatores adversos, até mesmo da casualidade, enfim, da realidade objetiva dentro da qual se desenvolve o Partido e a revolução. O fator subjetivo joga um importante papel, sem dúvida, e em certos momentos decisivo, mas sempre em conexão com os elementos objetivos. Os erros e falhas do Partido, por acaso existentes, se não forem examinados sob esse ângulo, transformam-se em verdadeiros absurdos, em algo irracional, conduzem ao negativismo mais exacerbado da atividade partidária.

Esse negativismo, e o primarismo na análise da atividade partidária, estão presentes em toda a “fundamentação” do documento da E-1. Tratando da luta do Araguaia, seus autores (e não só eles) dão ênfase ao fato de que “o Araguaia foi derrotado”. Se foi derrotado, aí estaria a prova de que foi errado. Este é o argumento principal, categórico, para condenar a resistência armada do sul do Pará. Se fosse vitorioso, então seria “um dos raros casos em que o blanquismo deu certo”, como se diz nas apostilas dos cursos. Tal critério de avaliar o que é correto ou incorreto

na luta social tem fundo pragmático. Conhecem-se inúmeros casos em que o proletariado sofreu duras derrotas em tal ou qual batalha política sem que isto significasse um erro de orientação. A Comuna de Paris foi derrotada após dois meses de heróica luta que custou a vida dos dirigentes e de dezenas de milhares de comunardos. Como Marx avaliou esse revés? Considerou que foi um erro ter tentado “tomar o céu de assalto”? Bem ao contrário. Marx considerou a Comuna como um dos maiores acontecimentos da história e procurou demonstrar onde residiam suas forças e suas fraquezas, tirando dessa experiência ensinamentos valiosos. Também a revolução de 1905-07 na Rússia foi derrotada. Logo depois apareceram os que, por ter sido ela derrotada, a consideraram fruto de orientação errada. “Não se devia ter pegado em armas” (...) “a situação não estava madura”, o mais importante seria “ter ficado apenas nas greves”, etc., assim contestavam os seus adversários. Lênin atacou energicamente os que se pronunciavam dessa forma, chamou-os de oportunistas e renegados da revolução. E defendeu o movimento armado de 1905-07, mostrando quais as suas deficiências e tirando também ensinamentos para o futuro. Não se trata, aqui, de fazer comparações: a revolução russa de 1905-07 não se compara com a Comuna de Paris. E menos, muito menos ainda, o Araguaia com estes dois grandes eventos revolucionários. Nestes fatos se procura apenas demonstrar como é distinto o critério marxista-leninista de julgar as derrotas: nem toda derrota é ocasionada por erro de orientação. A luta pode ser justa, correta, e ser derrotada.

Alega-se que as debilidades orgânicas do Partido são conseqüência de erros da linha política. O Partido ter-se-ia lançado, a partir de 1972, na ofensiva, enquanto as massas estariam na defensiva. Onde, porém, a ofensiva? Todo o trabalho do Partido orientava-se então por uma linha defensiva, tanto no terreno estratégico como tático. Os próprios acontecimentos do sul do Pará nunca foram nem poderiam ser apresentados como o início da guerra popular, como braço armado do Partido, etc., nem começaram por nossa iniciativa. Apresentamo-los tal como eram - uma resistência armada no campo. E, como parte da luta democrática e patriótica do nosso povo. É só ler a “Carta a um Deputado Federal”. No terreno orgânico, o Partido adotou uma orientação clara de defesa do Partido. Inúmeras e constantes eram as recomendações do CC e da Comissão Executiva nesse particular.

O artigo “Elevar o Nível do Trabalho Partidário”, da época, é bem um testemunho das diretivas de preservação de forças. Naturalmente, com uma orientação geral defensiva, o Partido, como partido revolucionário, jamais admitiu a passividade e o imobilismo. Nem se “fechou” numa perspectiva negra. Sempre afirmou que a ditadura seria batida, que persistiam atuando com mais força ainda os fatores que determinam o crescente descontentamento das massas e contribuem para o despertar de sua consciência política. Duramente perseguido, o Partido procurava as formas de levar as massas, como era seu dever, à ação. Apesar disso, não se pode dizer que no Partido não tivesse havido casos de imobilismo e passividade. Em São Paulo, por exemplo, durante certo tempo, o imobilismo e a passividade contribuíram, de algum modo, para deixar o campo livre à atuação dos trotsquistas.

A partir de janeiro de 1975, com a mudança relativa da situação, o Partido começou a formular uma orientação política mais audaz, como se observa na “Mensagem aos Brasileiros”, embora ainda defensiva. (A E-1 se negou a difundir essa “Mensagem”). De lá para cá, o Partido soube avançar, gradativamente, para

atuar com mais ímpeto. Não se pode considerar a repressão da ditadura, o terrorismo fascista, como exemplo secundário do debilitamento orgânico do Partido. Onde imperou o fascismo, em toda a parte do mundo, os partidos comunistas foram temporariamente desorganizados. Onde o Partido era forte, reduziu-se bastante e, em muitos casos, restou apenas o trabalho desenvolvido no exterior. Certamente, o fascismo não é capaz de liquidar definitivamente o comunismo, este acabará se impondo. No Brasil, sob o fascismo, o Partido não foi destruído. Pode-se afirmar que o único partido, na chamada área de esquerda, onde sobreviveu organizado dentro do país à repressão fascista foi o nosso, apesar dos duros golpes que sofreu. Os demais partidos e grupos foram desarticulados ou destruídos. Entre eles, o PCB revisionista, cuja linha de atuação era abertamente de direita, oportunista. Nada tinha de ofensiva...

Afirma-se que a influência do Partido entre a classe operária é reduzidíssima e sua ligação com o campesinato e as massas populares é muito débil. E procura-se atribuir, como nas demais questões, a problemas teóricos, políticos e organizativos não resolvidos. Durante o período do terror fascista e da furiosa perseguição aos comunistas, o Partido teve grandes dificuldades para se ligar às massas e aparecer com a sua fisionomia própria. Mesmo porque, em muitos casos, via-se na contingência de atuar sob a "cobertura" de outras forças que gozavam de certa tolerância, e nem sempre esse trabalho era capitalizado para o Partido. Ainda assim, é exagero propositado e má fé dizer que o Partido não dispõe de influência e penetração nas massas. Em nenhum outro momento, desde a sua reorganização, foi maior sua influência política no cenário nacional. São inúmeros os movimentos populares nos quais é grande a influência do Partido. Entre os camponeses, em várias regiões, cresceu também o trabalho do Partido e sua influência entre as massas, sem falar na luta do Araguaia, que contou com o apoio e a simpatia da população local e teve, e continua a ter, larga repercussão, sobretudo no norte do país. O prestígio e a autoridade política do nosso Partido aumentaram consideravelmente.

Acaso nosso Partido não deu qualquer atenção à classe operária? Só mesmo quem ficou à margem da atividade partidária ou quem procura denegrir o Partido pode fazer semelhante afirmativa. Nós fomos um dos iniciadores do movimento de oposição sindical em São Paulo, no Rio e noutros Estados, dentro das limitações existentes, oposição que na época jogou determinado papel no movimento operário. Editamos vários folhetos e publicamos diversos artigos na "Classe Operária" de orientação para a atividade nos sindicatos e nas fábricas. E foi a direção do Partido que, há três anos passados, publicou um importante trabalho sobre a necessidade de levar a consciência socialista ao proletariado, onde procurava aprofundar esta grande tarefa do movimento comunista e operário. A educação socialista da classe operária não é um problema inteiramente novo para o Partido. Mas, sempre apresentou sérios defeitos. O artigo de fevereiro de 1977 é um avanço na compreensão do Partido acerca dessa questão. Tem inclusive um sentido autocrítico. Agora, porém, aparecem os "críticos" de última hora para dizer que essa "é tarefa decisiva", e que o Partido "não foi capaz de compreender as tarefas referentes à educação socialista do proletariado". Pelo visto, descobriram a pólvora... Estamos longe de considerar como satisfatórias nossas ligações com a classe operária e o campesinato. Não correspondem às exigências da situação. Constituem, por isso, preocupação do Partido,

que as considerou seriamente na VII Conferência Nacional. Não por acaso uma das importantes decisões dessa Conferência foi a concentração de esforços do Partido no seio da classe operária.

O criticismo vazio na proposta da E-1 vai mais adiante na vã tarefa de negar os êxitos do Partido a fim de justificar sua "remodelação" segundo o figurino pequeno-burguês em moda. Diz que o Partido teria sido incapaz de enfrentar os problemas teóricos da revolução brasileira. E assinala, como nas demais questões, que a causa das debilidades teóricas seria a sua "concepção geral a respeito da própria teoria e do próprio método de análise do marxismo-leninismo". Ao que parece estamos diante de notáveis "teóricos" que acabam de descobrir a importância da teoria! Nosso Partido, desde a sua reorganização, empenha-se na assimilação cada vez maior da teoria revolucionária, o marxismo-leninismo. Na luta contra o revisionismo e em defesa da doutrina do proletariado, esta questão sempre esteve no centro de nossa atenção, e um grande esforço tem sido feito com esse propósito. Nestes dezoito anos de vida partidária foram elaborados vários materiais teóricos sobre a revolução brasileira, sobre o Partido, sobre a história do país, sobre a luta internacional da classe operária, que constituem conquistas do movimento operário e comunista em nosso país. O que se fez de mais correto no Brasil, nesse terreno, foi realizado pelo nosso Partido. Certamente, não estamos de acordo com a idéia da proposta da E-1 de que "a teoria revolucionária do Partido" não é algo desde há muito estabelecido. Lênin foi o criador dessa teoria. Jamais dissemos que a teoria era algo *pronto e acabado* como se afirma na proposta. Mas dissemos que o marxismo-leninismo é uma teoria exata. Não é um dogma nem coisa estratificada, aplica-se às condições reais de cada país, está sempre se enriquecendo com o avanço do movimento revolucionário. É certo que uma crítica aprofundada do desenvolvimento do capitalismo no Brasil ainda não foi feita. Mas é justo dizer que, em nosso país, foi o Partido quem fez uma apreciação crítica do desenvolvimento capitalista mais recente, destacando não apenas o seu caráter dependente como o sentido neocolonialista desse desenvolvimento. Escamotear estes fatos é amesquinhar o esforço do Partido na compreensão dos fenômenos novos ocorridos no Brasil. As mudanças verificadas na sociedade brasileira, nestes últimos vinte anos, e suas implicações na luta de classes, foi tema amplamente debatido no curso da VII Conferência Nacional. Além disso, nosso Partido deu, juntamente com os demais partidos marxistas-leninistas, sua contribuição teórica na luta contra o revisionismo contemporâneo e, também, contra o revisionismo chinês e o chamado pensamento Mao Tsetung. Não se pode subestimar essa contribuição que é um importante avanço no pensamento teórico do nosso Partido, um trabalho fecundo na defesa do marxismo-leninismo.

Afirma-se ainda que o "centralismo-democrático não foi assimilado como concepção, não vigorou na prática"; que existia tão somente "uma legalidade não estatutária de conteúdo ultra-centralista, com o sacrifício da democracia interna". E se dão exemplos de "anormalidades": debate do Araguaia "fechado no CC sem que dele participassem os quadros e militantes", denúncia do pensamento Mao Tsetung "sem que o conjunto do Partido a tenha debatido previamente", "não ter havido discussão prévia no conjunto do Partido sobre o temário da VII Conferência", "desconsideração da reunião do CC de dezembro de 1976", etc.

Na formulação destes problemas e na prática seguida pelos que criticam o

Partido, pode-se ver qual a concepção que têm do centralismo-democrático e das normas leninistas de organização e funcionamento do Partido. Não somente eles se insurgem contra o verdadeiro centralismo-democrático, proletário, como tampouco compreendem a aplicação deste princípio à realidade do país.

O Partido, todos sabemos, é uma organização centralizada, proletária, com disciplina única, centro único dirigente, linha única, com a submissão das organizações inferiores às superiores assim como das diferentes organizações ao centro dirigente, com resoluções obrigatórias para todos os membros do Partido. Em princípio, a organização do Partido se assenta na eleição democrática a partir da base e suas discussões realizam-se no âmbito de cada organismo, ou no conjunto do Partido, sob a direção do CC, quando da convocação de congressos. Mas estes princípios sofrem limitações de acordo com as circunstâncias políticas. O Partido Bolchevique, por exemplo, Partido de Lênin, não se baseava, na época do czarismo, de 1903 a 1917, no princípio da eleição democrática pela base, embora esse princípio constasse de seus Estatutos. Os congressos realizavam-se, em geral, no exterior, com uma representação bastante limitada. Entre o V e VI Congresso do Partido Bolchevique decorreram dez anos. E entre estes dois Congressos efetuou-se em Praga uma Conferência do Partido, com a participação de um número reduzido de elementos, que decidiu problemas tão sérios como a expulsão do Partido, em massa, de todos os mencheviques e centristas. Lênin considerava esta "anormalidade" como fenômeno temporário na vida do Partido e sonhava, como repetiu muitas vezes, com o momento em que, derrubado o czarismo, se pudesse aplicar amplamente os Estatutos e o centralismo-democrático.

Todos os que no passado atacaram o nosso Partido sempre se levantaram contra o centralismo-democrático, dizendo-se defensores do centralismo-democrático, contra a direção do trabalho do Partido a partir do centro, ou seja, do CC, com a acusação de "burocratismo", de "formalismo", de "mandonismo" e coisas semelhantes. E logo puseram em evidência suas concepções liberal-burguesas: foram à imprensa não-partidária defender seus pontos de vista, dirigiram-se, por cima do CC, às organizações do Partido, quebrando as normas estabelecidas, tentaram demoralizar os principais quadros dirigentes que, segundo eles, "não respeitavam a democracia interna". E se negaram a aplicar as decisões tomadas pela direção. Implantaram sua própria disciplina de grupo e puseram em prática a sua democracia de cunho liberal-burguês. Todos eles acabaram mal. Foram, em geral, engrossar as fileiras do oportunismo, do revisionismo.

Atualmente, os fatos se repetem. Ataca-se o Partido por pretenso desrespeito ao centralismo-democrático. Nosso Partido, desde a sua reorganização, usufruiu apenas dois anos de relativa liberdade, com uma vida semilegal. Desde abril de 1964 passou por um período de clandestinidade rigorosa, submetido a brutal perseguição que custou a vida de muitos militantes e quadros. Apesar disto, nosso Partido esforçou-se ao máximo para garantir o princípio da direção coletiva e procurou aplicar, tanto quanto possível, o centralismo-democrático. Nessa fase de ditadura militar fascista, o Partido realizou duas Conferências Nacionais - a VI e a VII -, o CC reuniu-se regularmente, estatutariamente, de 6 em 6 meses; a Comissão Executiva, em média, de 2 em 2 meses. Realizaram-se vários atos de quadros do Partido para discutir problemas da orientação partidária. Nenhum documento da direção

do Partido foi lançado individualmente, sem uma discussão nos órgãos de direção coletiva. E fez-se apenas uma única reestruturação do CC do Partido, em janeiro de 1975. A cooptação limitou-se, em geral, aos dirigentes que vinham de outras organizações e que se haviam incorporado ao Partido, como no caso do Comitê da Guanabara e dos Marítimos e, mais tarde, da AP. A VII Conferência, por exemplo, tinha pleno direito de cooptar novos dirigentes. Mas não o fez sem razão. Preferiu manter o quadro atual do CC. É preciso, pois, muita cegueira, má fé ou hostilidade ao Partido para acusar sua direção de resistência ao centralismo-democrático. Poucos partidos marxistas-leninistas no mundo, em situações semelhantes, seriam capazes de ir tão longe. Constitui um mérito do nosso Partido o esforço para desenvolver o trabalho coletivo mesmo em condições de violenta repressão.

No caso da discussão sobre o Araguaia, que outra posição poder-se-ia tomar? Assim que surgiram as primeiras divergências - e, antes, elas não haviam se manifestado, todos apoiavam essa luta - a Comissão Executiva tratou de encaminhar democraticamente a questão. Por proposta do camarada Amazonas, decidiu-se abrir no seio do CC uma discussão a respeito para esclarecer os diferentes pontos de vista. Dessa discussão, que durou vários meses, devido à própria situação, participaram quase todos os membros do CC. Em agosto de 1976, a Comissão Executiva considerou que já havia possibilidade de se formular um outro material sobre o Araguaia. Aprovou então, com um voto contra e outro com restrições, o documento *Gloriosa Jornada de Luta* que fazia avançar os opiniões da direção sobre aquele importante acontecimento. E com esse documento tampouco se encerrava o assunto. Nele se afirmava que "o PC do Brasil prosseguirá aprofundando o exame das experiências e lições que fluem do conflito verificado no sul do Pará", "procurará dele tirar todos os ensinamentos e formular indicações que contribuam para a realização exitosa da guerra popular". Foi o que fez a VII Conferência ao recomendar ao CC "o prosseguimento do exame dessa experiência e, tendo em conta modificações constantes no desenvolvimento do país e as lições decorrentes da luta armada no sul do Pará, a elaboração de um novo documento mais abrangente e atualizado sobre a guerrilha popular, como o caminho da luta armada no Brasil". Tudo isso mostra que a direção agiu corretamente. Não tinha porque convocar uma discussão geral no Partido, quando os debates ainda estavam em nível do CC e não tinham sido concluídos. Além do mais, uma discussão geral no Partido não se faz simplesmente porque existam divergências no CC a respeito de determinado assunto, sobretudo quando se vive sob um regime de violenta repressão. Menos ainda de maneira caótica. Estamos certos de que o Partido discutirá amplamente a questão no seu devido tempo e a oportunidade será provavelmente quando enfrente a elaboração do novo documento proposto na VII Conferência, uma vez que a discussão da luta do Araguaia entra no quadro geral da formulação "mais abrangente e atualizada" do caminho da luta armada.

É uma séria incompreensão alegar que a VII Conferência não podia denunciar o chamado pensamento Mao Tsetung como antimarxista-leninista sem que, previamente, o tema fosse debatido no Partido. Não tem cabimento a afirmação de que os problemas importantes da nossa luta primeiro têm que ser debatidos no Partido e somente depois a direção pode sobre eles se pronunciar. Tal maneira de encarar o assunto se contrapõe ao próprio conceito de direção. Então para que serve a dire-

ção? Esta questão já vinha sendo amplamente levantada pela direção do Partido no exterior e pelo movimento comunista mundial. Vários documentos a respeito chegaram ao conhecimento do Partido. Já anteriormente se contestara posições falsas do PCCh. O modo como foram tratadas as discordâncias com esse Partido está examinado, de um ponto de vista autocrítico, no documento "Breve Histórico de Nossas Divergências com o Partido Comunista da China". Não se pode condenar o tratamento prudente do CC acerca dessas divergências que envolveram relações internacionais com partidos irmãos. Na medida em que os desacordos se aprofundavam, o nosso Partido ia explicitando suas opiniões, em documentos públicos, não em forma polêmica com aquele partido, mas na forma de defesa da nossa linha e do marxismo-leninismo. E com isso tratávamos de armar o nosso Partido para uma correta compreensão dos problemas em foco. A Conferência tinha não só o direito mas o dever de encarar essa nova modalidade de revisionismo e, com isto, dar ao Partido uma clara orientação. A discussão sobre o maoísmo prossegue aprofundando-se. Estamos apenas no começo. Continua e continuará ainda por muito tempo. E o Partido dispõe de farto material para o seu entendimento a esse respeito. É uma tarefa das mais destacadas, porque se trata de limpar o Partido de concepções falsas difundidas largamente e que penetram em setores de nossa organização. Muitas das idéias liberal-burguesas de Mao Tsetung sobre o Partido são hoje encampadas pelos que lutam contra o Partido e sua direção. O antigo 1º secretário da E-1 de São Paulo, por exemplo, já depois de denunciado o revisionismo chinês, continuava a defendê-lo. E a direção desse organismo incumbiu-se de fazer circular os materiais chineses sobre a teoria dos três mundos. Não temos dúvidas de que a grande maioria do nosso Partido apoia decididamente a luta contra o maoísmo e se posiciona em defesa das concepções revolucionárias do marxismo-leninismo, nas quais deve-se basear a verdadeira vanguarda da classe operária. Somente em um pequeno setor do Partido, sobretudo de intelectuais, notam-se vacilações em torno do combate ao maoísmo.

É igualmente incompreensão alegar, para se opor às decisões tomadas, não ter havido discussão prévia no conjunto do Partido sobre o temário da VII Conferência. As discussões prévias no Partido são feitas quando da convocação de congressos. As conferências nacionais não exigem esse tipo de discussão. Os delegados são escolhidos no âmbito dos Comitês Regionais. Daí porque suas resoluções devem ser ratificadas pelo CC. Tal é, em breve resumo, nossa contestação aos argumentos inconsistentes que servem de base ao pedido de convocação do congresso e que refletem concepções falsas sobre o Partido. Ao fazer tal contestação, temos em vista não apenas contradizer os autores da proposta da E-1, mas também fornecer ao Partido dados e informações que ajudem o conjunto partidário a compreender melhor o quadro da nossa realidade, as posições da direção central e avivar os princípios que regem a organização comunista e devem ser assimilados por todos nós.

CARÁTER ANTIPARTIDÁRIO E DESAGREGADOR DO DOCUMENTO DA E-1

Mas não se trata apenas de uma "fundamentação" capciosa. O caráter desse documento é antipartidário. Ainda que em suas linhas finais afirme hipocritamente

desejar a unidade do Partido, seu objetivo é bem outro. Fomenta a cisão, a desagregação de nossas fileiras.

O intento fundamental e imediato desse documento é fazer agitação no Partido contra a sua direção, contra a sua linha política, contra as decisões de seus órgãos superiores. Por isso, o documento se dirige ao Partido e não ao Comitê Central, como determinam os Estatutos. Por isso, foi distribuído ilegalmente a militantes e organismos do Partido. Por isso, nele não há uma exposição clara das idéias que pretende defender em oposição àquilo que consideram errado. Declara que aí apenas se enunciam as questões, negando-se a entrar no mérito das mesmas. Fica nas formulações gerais.

Ao mesmo tempo, esse documento é um repositório de ataques ao CC, põe em dúvida a sua autoridade. Na prática não o reconhece como direção efetiva e legítima do Partido e trata de induzir o Partido a tomar atitudes semelhantes às suas.

A proposta da E-1 insurge-se abertamente contra a decisão da VII Conferência acerca da fusão das duas estruturas. Rejeita essa decisão, rompendo com a disciplina partidária. O ataque à E-2, de São Paulo, serve de cortina de fumaça aos planos cisionistas. Ainda que possa ter cometido tais ou quais erros em sua atividade (e a E-1 também os cometeu), a E-2 é um organismo intermediário do Partido com influência de massa, que se subordina à direção central e que aplica as decisões de seus órgãos superiores. A E-2 de São Paulo é, na atualidade, um dos mais importantes pontos de apoio do nosso Partido.

Enfim, a proposta da E-1, de São Paulo, enquadra-se no conjunto da atividade antipartidária desenvolvida, já há algum tempo, por esse organismo. É uma proposta que visa menos a convocação de um congresso dentro das normas partidárias e mais o lançamento de idéias que deturpam o caráter e a vida interna do Partido, que tentam desmoralizar o CC para facilitar o assalto à direção com o fim de modificar o caráter do nosso Partido. Se o Partido e sua direção, como diz a proposta, não é senão um amontoado de erros e de concepções não-marxistas, um partido incapaz de obter êxito na luta política e ideológica, então esse partido está condenado a desaparecer, deve ser substituído por outro. E com isto resvala-se para as teses pequeno-burguesas ou trotsquistas, hoje tão disseminadas, que negam a existência do verdadeiro partido do proletariado no Brasil. Na ordem do dia, estaria a criação de um novo partido, o "autêntico", ou a transformação do antigo, rico de tradições de luta e de experiência política, numa organização diferente da que é. Aliás, a imprensa reacionária e a de certos círculos de "esquerda" já admitem essa eventualidade, com a cisão no Partido.

A revista ISTO É chega a afirmar que os dissidentes contariam para essa empresa com cinco membros do CC. Por sua vez, o jornal LIBERTAÇÃO, da Ação Popular, diz que somente "alguns setores do PCdoB" acreditam existir no Brasil o partido do proletariado. E inclui, num campo comum visando a formação do "novo" partido, a AP, "parte do PCdoB", MEP, FOC, além do PCR e de certo número de grupos independentes.

O Partido Comunista do Brasil, no entanto, é indestrutível. Reorganizado na luta contra o oportunismo, enfrentou nestes dezoito anos três tentativas para convertê-lo numa organização pequeno-burguesa: duas de caráter foquista e uma de sentido maoísta. E da luta contra essas tentativas saiu ainda mais forte.

Camaradas. O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, seu órgão legitimamente constituído, não pode aceitar um documento dessa natureza, um documento de ataque aberto ao Partido e à sua direção, documento que nem sequer é a ele dirigido. O CC deve rechaçar tal documento, por sua forma e seu conteúdo antiproletário, antipartidário. E comunicar essa sua decisão, acompanhada das razões porque assim procede, constantes deste informe, a todos os CC.RR.

AS "DISSIDÊNCIAS" NA BAHIA

Também na Bahia surgem "dissidências" idênticas às de São Paulo. A E-1, de São Paulo, e a direção do Partido na Bahia mantém estreito contato e harmonizam suas opiniões no mesmo rumo antipartidário. Um diz e o outro repete, um faz e o outro acompanha. Os documentos da "oposição" de São Paulo são fartamente distribuídos nesse Estado. E outros documentos locais são divulgados - todos eles se contrapondo à linha do Partido, recusando as decisões de seus órgãos superiores, minando a unidade de nossas fileiras.

Seguindo o exemplo de seus inspiradores de São Paulo, o CR da Bahia elaborou igualmente um documento de convocação do Congresso do Partido. Diz expressar a opinião do conjunto partidário, o que não é verdade, porque na Bahia são muitos os camaradas que não aceitam o trabalho antipartido e cerram fileiras em torno do CC e de suas decisões. O documento da Bahia reproduz sucintamente as mesmas questões formuladas no de São Paulo: o Congresso deveria debater uma variada gama de problemas que envolvem a própria existência do Partido, tal como ele é depois de reorganizado em fevereiro de 1962. Acrescenta um dado novo: diz que "dois companheiros punidos foram publicamente admitidos como integrantes do CC como se nunca existisse a decisão interior". Essa integração é totalmente falsa, inventada para confundir o coletivo partidário.

Mas o pedido de convocação do Congresso não vem desacompanhado. Dois outros documentos são juntados para o debate, cujo conteúdo é de oposição aberta ao Partido. Um deles faz o exame da situação e apresenta as "saídas". Seus autores, embora tentem aparecer como "criadores" e "originais" não fazem mais do que copiar - e copiar muito mal - as soluções que vêm sendo indicadas pelo nosso Partido, caindo no entanto nos aspectos puramente conjunturais e interpretando-os à feição dos economistas burgueses, servindo-se de dados transitórios e duvidosos, da aparência dos fatos, para justificar uma posição defensiva. Na crítica que fazem à orientação do Partido, em períodos anteriores, revelam, de uma parte, ignorância e, de outra, temor da luta revolucionária. Confundem análise em perspectiva da marcha dos acontecimentos, da força aparente da ditadura, dos meios pelos quais as massas populares terão que recorrer para destruir o regime despótico, com tática de ofensiva, com diretivas para a ação imediata. Segundo eles, o Partido jamais deveria indicar uma saída revolucionária e armar a classe operária e o povo de uma perspectiva e compreensão mais avançada. Isto seria blanquismo... Desconhecem que em plena ascensão de Hitler, na Alemanha, quando o nazismo parecia invencível, a III Internacional, no informe de Dimitrov, em 1935, afirmava enfaticamente que o nazismo era um regime precário, que sua força era aparente. E indicava, numa análise correta em perspectiva, que esse regime tendia a se isolar cada vez mais

e seria batido pela união da classe operária, na luta por um governo de frente popular (de esquerda), e na ação de todos os povos contra a guerra em preparação. Isto não lhe impedia de aconselhar os comunistas a trabalhar inclusive nas organizações de massa, mesmo de caráter fascista (nos países onde dominava o fascismo). A análise em perspectiva feita pelo nosso Partido e citada no documento da Bahia - anos de 1969, 70, 71, 72 - foi plenamente confirmada pela vida. Embora os "dissidentes" chamem a isto "ênfoque triunfalista", ela mostrou uma correta visão dos acontecimentos. Ao mesmo tempo, apontando a ação de grandes massas e a luta revolucionária como meio para a destruição do regime, o Partido indicava formas bem acessíveis e possíveis de mobilização popular naquele momento, uma tática adequada ao regime de terror imperante no país. Justamente nesse período, o Partido empenhava-se na luta contra a "teoria" do foquismo e se opunha decididamente ao método da luta radical nos centros urbanos, considerando-a como desligada das massas e da realidade.

O segundo documento da Bahia - "Avaliação do Desempenho na Luta Interna" - é ainda mais expressivo. Aí se toma posição clara, definida, a favor da cisão das fileiras do Partido. Considera legítimo que os CC.RR. se procurem para discutir formas e meios de se opor à linha e à direção do Partido. Declara que se o CC não convocar o congresso (até 25 de março), então cabe a ele, ao CR da Bahia, entrar em comunicação com outros regionais para convocá-lo, numa atitude abertamente divisionista. Do debate de tal congresso deveriam participar não apenas os comunistas, mas também "os ativistas de vanguarda da classe operária e os elementos de esquerda que buscam o marxismo"...Um congresso amplo, um congresso antipartido! Anunciam que procurarão as formas de publicar legalmente suas opiniões sobre os rumos da revolução brasileira e do movimento comunista internacional. Dizem ainda que o CR não conhecia a íntegra do material publicado em A CLASSE OPERÁRIA de dezembro de 1978, o que não é exato, porque esse documento é, precisamente, a intervenção do camarada Amazonas na VII Conferência Nacional a respeito de nossas relações com o PCCb, intervenção ouvida e anotada por todos os participantes da Conferência. À parte, os divisionistas propõe a realização de uma Conferência Regional para discutir e adotar decisões que competem ao CC do Partido.

No documento em questão, deixam claro também que não aceitam as decisões da VII Conferência, à qual atribuem simples caráter consultivo, não obrigatório para o Partido. Vão mais adiante e questionam a própria posição do movimento comunista mundial sobre Stálin, reclamando (como faz também a E-1 de São Paulo) uma reavaliação "crítica" do papel desse grande e autêntico revolucionário proletário. Enfim, o CR da Bahia proclama sua independência em relação aos órgãos dirigentes do Partido. E, queira ou não, se coloca, como a E-1 de São Paulo, numa posição antipartido.

Alega-se que a direção "abafa" a polêmica e impede a crítica. Há porém, polêmica e polêmica, como há crítica e crítica. Não tememos a polêmica, estamos permanentemente polemizando com os adversários do marxismo-leninismo, com os inimigos de classe, com os "teóricos" oportunistas, com os deturpadores de nossas posições revolucionárias, fora e dentro do Partido. Os documentos do Partido estão impregnados, quase todos eles, de espírito polêmico, de contestação aos argumentos

falsos dos que se opõem aos interesses fundamentais da classe operária. Mas não somos liberais-burgueses. No Partido, a polêmica tem os seus limites e a sua oportunidade. Dentro dos organismos partidários, a polêmica existe e se trava, a cada momento, em torno de questões concretas da nossa luta. Outra coisa é a polêmica pública de problemas que dizem respeito à vida do Partido. A polêmica pública não se realiza a qualquer momento nem quando dá na telha de qualquer inconformado com as decisões dos órgãos superiores. Realiza-se oportunamente e sob a direção do CC. Também a crítica tem seus limites. Devemos estimulá-la no Partido, é o método correto de corrigir os erros e as deficiências. Mas a crítica não pode servir de instrumento de desagregação, nem se realizar de modo anárquico. Lênin, na resolução do X Congresso do PC (bolchevique), em 1921, assinalou: "A crítica absolutamente necessária dos defeitos do Partido é preciso organizá-la de modo que toda proposição prática seja exposta com a maior clareza possível e submetida imediatamente, sem dilatações burocráticas, à *consideração e decisão dos órgãos dirigentes locais e do órgão central do Partido.*" (O grifo é nosso). E mais adiante, tratando de publicações especiais do Congresso para discussões, diz que "a crítica deve referir-se ao essencial, sem adquirir jamais formas capazes de favorecer aos inimigos de classe do proletariado".

Por tudo isso, o Comitê Central deve rechaçar também a convocação de congresso do CR da Bahia e os documentos que o acompanham, como inaceitáveis e de sentido desagregador. O CC não está obrigado a aceitar proposições que, na aparência, enquadram-se nos marcos estatutários, mas de fato, afastam-se completamente do espírito proletário-revolucionário dos Estatutos, rompem com as normas leninistas de organização e funcionamento do Partido, e ferem a sua unidade.

SOBRE O TRABALHO ANTIPARTIDO

Quanto ao conjunto do trabalho antipartido em curso, deve-se tomar medidas adequadas. Não se pode assistir indiferente ou tolerante a atividade que se vem realizando contra o Partido. O germe da cisão e da desintegração, se não encontra barreira eficaz, vai penetrando e minando o organismo partidário. Um partido que não se defende está condenado a perecer.

Por isso, além de rechaçar os documentos da E-1, de São Paulo, e do CR da Bahia, o CC deve tomar providências de outro tipo:

1) Dirigir um chamamento a todo o Partido para que eleve a vigilância proletário-revolucionária contra toda e qualquer atividade desagregadora, venha de onde vier. É necessário que os organismos do Partido impeçam com todo rigor qualquer manifestação dessa natureza;

2) Baseado no artigo 22 dos Estatutos, fazer uma advertência à E-1, de São Paulo, exigindo que cessem toda a atividade antipartido, que respeite e aplique as decisões dos órgãos superiores e preste informação do seu trabalho ao CC através do camarada designado para o contato normal;

3) Baseado no artigo 22 dos Estatutos, fazer também uma advertência ao CR da Bahia por sua atividade contrária às normas estatutárias, bem como por sua conduta antipartidária expressa em vários documentos, exigindo-se que acate e aplique as decisões dos órgãos superiores, inclusive as resoluções da VII Conferên-

cia, e cesse toda a atividade antipartidária;

4) Censurar, numa nota da direção, de acordo com o artigo 21 dos Estatutos, o camarada T por sua conduta abertamente antipartidária;

5) Descer ao Partido e, em primeiro lugar, aos CC.RR., este informe do CC.

Tais medidas têm sentido de advertência e de esclarecimento do Partido sobre o que vem ocorrendo. O CC não adota, nesta oportunidade, qualquer punição de cunho mais radical. E tampouco age em função de possíveis divergências, mas de uma atividade contrária às normas partidárias que põe em risco a unidade do Partido.

Camaradas.

Estamos diante de uma ameaça concreta de cisão no Partido. A cisão é assunto já decidido pelos que se levantam, em São Paulo e na Bahia, contra a unidade do Partido. Neste sentido, além do que consta dos documentos do CR da Bahia, já comentado, vale a pena mencionar o último documento intitulado *Luta Interna*, lançado pela E-1, de São Paulo. Nele se abre o jogo. Já não se trata somente de divergências mais gerais com o movimento marxista-leninista. Afirma-se: “Se a teoria dos três mundos era contra-revolucionária, a teoria albanesa também não respondia às questões fundamentais do mundo de hoje e também apresentava erros” (...) “Não aceitamos - dizem - as definições dogmáticas e superficiais de Hodja acerca de Mao Tsetung”. “Passamos a questionar um conjunto bem mais amplo de questões: percebemos que o que estava em jogo era o marxismo-leninismo, percebemos que havia crise no movimento comunista internacional”. (...) “O marxismo-leninismo nestes anos todos (depois da morte de Lênin) não foi desenvolvido como teoria científica revolucionária da classe operária. Passou a ser um conjunto de dogmas, o veículo de uma seita, passou a ser aplicado mecanicamente, foi reduzido a uma série de modelos sem vida”. (...) “São 50 anos de questões não resolvidas, de deformações e equívocos que temos de superar”.

Como se vê, estamos diante de “novos” teóricos, de reformuladores do marxismo-leninismo, de críticos “categorizados” de experiência histórica do proletariado. Somente que eles não são os primeiros, nem serão os últimos. Toda a história do movimento operário e comunista está cheia de “renovadores” desse quilate. Desde Trotsky até Kruschov e Brezhnev, desde Browder até os Althusser e os “novos” filósofos da atualidade. Todos eles não passaram de revisionistas, de inimigos da classe operária, da sua doutrina e do seu partido.

No que respeita ao Partido Comunista do Brasil, o documento é também claro: “Nossas opiniões foram evoluindo - escrevem - e chegamos a algumas conclusões importantes: nosso Partido não estava sendo guiado pelo marxismo-leninismo, o próprio marxismo-leninismo precisa ser resgatado, a direção do Partido está em mãos inseqüentes...” E mais adiante: “Parece que o fato de nos desenvolvermos politicamente à margem da influência do CC (!) foi decisivo. Acabamos por desenvolver idéias próprias”... E ainda: “O que está em jogo é a revolucionarização do Partido e existem duas correntes: uma retrógrada e outra progressista. Nesta questão, neste plano, nossas divergências adquirem caráter antagônico”.

Que significa tudo isto? Simplesmente que a “oposição” (assim já se denominam) não está de acordo com o Partido, com seus princípios, tem opinião própria para criar outro Partido, o do “marxismo resgatado”, dentro de outra corrente in-

ternacional, uma vez que considera o movimento marxista-leninista em crise, nada mais do que “um conjunto de dogmas, uma seita”. São liquidacionistas e revisionistas de papo amarelo (e verde).

Lênin acentuava - “Aos que renegam o *Partido existente* em nome de não se sabe que partido novo, deve-se-lhes dizer: experimentem criar um novo partido, porém vocês não podem ser membros do velho Partido, do Partido atual, existente”.

Todavia, a “oposição” comunista no Brasil - com tantas idéias “renovadoras” - teme enfrentar a realidade. Pretende criar o “novo” partido através da destruição, da liquidação, da degeneração do Partido existente. Declara abertamente, nesse documento: “Apesar de problemas tão graves e evidentes em nosso Partido, é aqui mesmo que se reúnem as melhores condições para se resolverem as principais questões e se forjar um partido da classe operária no Brasil”. Ou seja, o Partido existente não serve, não é da classe operária, mas é aqui mesmo que vão acampar para criar o novo partido... Esse mesmo método é aconselhado no que concerne à TO. “Consideramos - dizem - inaceitável nossa participação e apoio a esse jornal”. Mas “seria interessante - escrevem - que uma pessoa pudesse ser enviada para escrever nele”. E mais: “Devemos fazer um bombardeio de cartas por parte de todos os setores de nosso trabalho em São Paulo, discutindo todas as questões. E se elas não forem publicadas, vamos discutir isso com todo mundo, a nível nacional, questionando a democracia desse jornal”.

Não é tudo isto suficientemente claro? O inimigo de classe, travestido de “oposição” tenta, a partir de dentro, destruir o Partido existente. Os métodos são assemelhados aos dos trotsquistas, sempre falando em criar o verdadeiro partido da classe operária, entrando, porém, nos antigos partidos, em suas organizações, para minar-lhes a existência e liquidá-los.

É evidente, camaradas, que não podemos contemporizar com tais pessoas. “O Partido - escreveu Lênin - não pode existir sem defender a sua existência, sem lutar incondicionalmente contra todos os que o liquidam, o destróem, não o reconhecem, renegam dele”. Seguramente, é o que fará também o CC e todos os camaradas fiéis ao Partido, à revolução, ao marxismo-leninismo.

Estamos certos que nosso Partido não ficará impassível ante os manejos revisionistas. Vai criticar severamente, em todos os organismos, as posições antipartido e defender a orientação revolucionária traçada por seus órgãos dirigentes superiores. Quando se trata de preservar os interesses fundamentais da classe operária e da revolução que o nosso Partido representa, não cabe a indecisão e o conformismo. Todos os militantes fiéis à causa do proletariado cerrarão fileiras em torno do seu Partido. Mesmo os camaradas que, momentaneamente, por falta de esclarecimento, se tenham equivocado, ou que continuem sustentando opiniões que crêem útil à organização, dentro porém das normas partidárias, hão de repudiar as ações divisionistas, liquidacionistas, dos que se levantam contra o Partido.

RAÍZES IDEOLÓGICAS DAS DIVERGÊNCIAS

Não são casuais, camaradas, os ataques virulentos ao Partido, provindos de distintas fontes. Suas raízes ideológicas estão ligadas ao oportunismo.

Vivemos uma época de agudas contradições sociais. O capitalismo atravessa,

no mundo inteiro, a maior crise de sua história, crise não apenas cíclica mas geral e profunda. Dia a dia, torna-se mais evidente a caducidade do sistema capitalista-imperialista, cuja decomposição atinge o conjunto da sociedade. Na atualidade, esse monstro se prepara ativamente para a guerra. Porém, quanto mais profunda é a crise e a intensificação dos preparativos guerreiros, maior a indignação dos trabalhadores, vítimas de feroz exploração, condenados a uma vida de párias. As grandes massas despertam e, em muitos lugares, levantam-se contra o regime predominante.

O aguçamento dessas contradições coloca na ordem do dia a revolução e o socialismo.

Mas o triunfo da revolução e do socialismo depende, em grande parte, da atividade consciente do partido da classe operária. Sem a existência desse partido, a crise, por mais profunda que seja, não conduzirá por si só a um desfecho favorável às massas.

O Partido proletário é o grande e insubstituível instrumento das transformações sociais.

Por isso, no plano de Partido, trava-se hoje a luta de certo modo decisiva. O capitalismo sabe, por experiência própria, que, mesmo débil momentaneamente, o Partido é o seu principal inimigo, porque é o Estado Maior da classe operária na guerra social contra o sistema da exploração e da opressão. Ele já viu do que foi capaz o Partido Bolchevique, em 1917. Daí porque concentra no Partido todo o seu ódio de classe. E se empenha, de mil e uma formas, em destruí-lo ou degenerá-lo. Nisto, acredita, está a sua salvação, ainda que temporária.

Assistimos, assim, à maior campanha já desencadeada em todo o mundo contra o movimento marxista-leninista, contra o verdadeiro partido da classe operária. Esta campanha, de vastas proporções, impregna todo o ambiente social. Realiza-se na forma de repressão sangrenta, de restrições crescentes aos direitos políticos dos trabalhadores, ou ainda - e talvez principalmente - no terreno ideológico. É intensa e variada a pregação ideológica anticomunista. Dela participam, em larga escala, não apenas os servçais e defensores do capitalismo, seus "teóricos" e pesquisadores, seus lugares-tenentes no movimento operário, mas também os traidores da revolução e do socialismo, no poder ou fora dele, da Rússia, da China, da Iugoslávia, da França, Itália, Espanha, Brasil, de toda a parte. E junto com eles, os trotsquistas, os grupos políticos pequeno-burgueses, as instituições religiosas, a intelectualidade desligada do povo.

É sintomático, aliás, que nestes últimos tempos, tenha recrudescido a pregação contra o socialismo. Como o socialismo transformou-se numa aspiração mundial, fala-se em socialismo "democrático", de "face humana", "com liberdade", etc., socialismo de mentira, ao mesmo tempo que se ataca o socialismo científico, a ditadura do proletariado. Prega-se contra a Albânia que seria dogmática, um reduto do stalinismo; contra os partidos marxistas-leninistas, que nada representariam; contra Stálin, quase trinta anos depois de sua morte. Editam-se inúmeras obras que falsificam a vida e a atuação de grande revolucionário proletário, enquanto se faz intensa propaganda de Trotsky.

Esta vasta campanha reflete-se nas fileiras de partidos marxistas-leninistas, onde surgem elementos que, sob a forte pressão ideológica da reação e sob os mais diferentes pretextos, vacilam e se opõem à linha revolucionária conseqüente e aos fins do partido da classe operária.

A meta principal de tais elementos passa a ser a mudança de rumo do Partido, a liquidação do Partido proletário existente, suas tradições revolucionárias, seu valioso patrimônio de lutas e de experiência nos embates de classe.

A par desses fatores, operam outros relacionados com a situação do país. O Brasil sofreu transformações de certo vulto, dentro do quadro de um capitalismo dependente. E após 15 anos de repressão terrorista, os militares manobram para evitar seu total isolamento e sua queda. Tentam institucionalizar um sistema político reacionário, com aparência de democracia. Fazem intensa demagogia. Alimentam ilusões democráticas. Os perseguidos políticos voltam à vida pública, permite-se relativa liberdade de imprensa, reestruturam-se partidos políticos - tudo como se fossem dádivas do poder. Acirra-se a disputa pela classe operária e o movimento camponês: os reformistas de vários tipos entram em ação, falando em "socialismo", em "reforma agrária", numa "nova" sociedade com distribuição de renda mais justa, etc. Tudo isto gera um estado de espírito propenso à acomodação e serve de caldo de cultura ao oportunismo. Sutilmente reaparece o sonho do caminho pacífico que se esconde por trás do repúdio à revolução e aos métodos revolucionários ou da aceitação formal da revolução, transferida para as calendadas gregas. Os grupos e partidos - com exceção dos marxistas-leninistas - que propugnaram soluções radicais, fazem autocrítica. Não querem nada com a revolução. Todos tratam de alcançar-se à situação, de formular "novas" propostas e alternativas para o país, tendo como base a negação do verdadeiro partido da classe operária.

Embora dizendo-se autênticos marxistas-leninistas, intérpretes da verdadeira concepção de Lênin, os que dentro do Partido atacam o Partido, na realidade, são anti-revolucionários, temem mais do que tudo as grandes lutas e principalmente as lutas decididas e avançadas. Num período como o que atravessamos, de efervescência política e revolucionária, quando a América Latina e o Brasil são sacudidos por vigorosos movimentos de massa e revolucionários, procuram desviar o Partido do seu justo caminho, de sua tática combativa, da perspectiva e ações decisivas. As acusações de blanquismo, de sectarismo, de esquerdismo, de triunfalismo na atuação do Partido se dirigem contra o caráter revolucionário do Partido. Aliás, Bernstein, revisionista consumado, não se cansava de acusar os revolucionários de blanquismo. Eles não podem ouvir falar de gestação de crise revolucionária, do princípio da violência revolucionária, da experiência positiva da luta armada, da preparação das massas nas ações de hoje para os grandes embates que se avizinham, de radicalização da luta operária e popular, de disputa concreta da hegemonia para a classe operária através do seu partido. A hora para eles é de debates teóricos vazios, de pesquisas históricas, de reformulações partidárias, de adaptação e acomodação política. Querem um partido intelectualizado, convertido num círculo de discussões contínuas e ilimitadas, um partido de unidade com as demais correntes "marxistas".

O fundo do ataque é sempre o mesmo - o oportunismo de direita que hoje se vincula à crise geral do capitalismo, ao constante aguçamento das contradições sociais. Este, camaradas, é o sentido ideológico da luta que travamos em nossas fileiras. Em essência, é uma luta de classe entre o proletariado e a burguesia, uma continuação do combate empreendido a partir de fevereiro de 1962 contra o revisionismo e o liquidacionismo. Agora, ele se manifesta dentro do Partido revolucionário da classe operária, usando disfarces de revolucionarização do Partido, de interpreta-

ção acurada do marxismo, de aprofundamento da teoria, quando sua verdadeira face é ainda o liquidacionismo e o revisionismo. Bem que a VII Conferência, em sua resolução sobre problemas do movimento comunista mundial, havia indicado ser indispensável “redobrar a vigilância no Partido face à possibilidade do surgimento de tendências revisionistas em suas fileiras sob formas e matizes ainda mais ardilosas visando a deturpação do marxismo-leninismo e da linha revolucionária do PC do Brasil, a sabotagem da revolução”.

IMPORTANTE TAREFA DO PARTIDO

Camaradas.

A luta contra essas tendências é uma importante tarefa do Partido. Esta luta deve ser conduzida com firmeza, mas também com justeza, separando-se o joio do trigo, examinando, ao mesmo tempo, onde se encontram as nossas falhas, as deficiências do nosso trabalho e buscando o melhor encaminhamento dos problemas que se colocam diante do Partido. Ao combater a atividade antipartidária e suas implicações, o CC deve distinguir cuidadosamente esse tipo de atividade das divergências que surjam em nossas fileiras. São duas questões distintas.

As divergências, em certo sentido, são inevitáveis. Apresentam-se, em particular, nos períodos de mudanças da situação política, de avanço do movimento popular, quando maiores são as exigências do esforço partidário. Podem servir inclusive para ajudar a esclarecer questões não muito claras, aprofundar o conhecimento da orientação do Partido, enriquecer nossa compreensão do marxismo-leninismo. Desde que haja o propósito de fortalecer a unidade do Partido e torná-lo ainda mais combativo, as divergências e a elucidação de seu conteúdo têm caráter positivo.

Não se pode negar que a onda de greves que varreu o país, a retomada vigorosa das ações democráticas e populares vieram mostrar deficiências do Partido, deficiências acumuladas no curso destes anos de repressão. Apesar da justeza da nossa linha política, comprovada pela vida, e dos êxitos alcançados, os resultados de nossa atividade não correspondem ainda às possibilidades da situação. Tampouco pode-se afirmar que o CC esteja isento de erros, que uma ou outra de suas decisões sejam inteiramente ajustadas ao quadro real do momento, ou que na aplicação de nossa linha não tenham surgido deformações, tendências sectárias, estreiteza política, etc. Tudo isto determina que no Partido apareçam divergências, interrogações, dúvidas fundadas que merecem ser debatidas, esclarecidas, solucionadas. A crítica aos defeitos do nosso trabalho é indispensável, não pode ser confundida com atividade antipartido.

No aparecimento de divergências e dúvidas deve-se ter em conta que, com a queda da direção em dezembro de 1976, o Partido ficou privado largo tempo de uma assistência eficaz por parte do CC. As dificuldades aumentaram pelo fato de o conjunto do Partido ser jovem, uma parte do qual provém de antigos militantes da AP. A maioria do coletivo partidário não conhece os fundamentos do Partido, seus princípios básicos de organização, sua natureza de classe. São elementos que não passaram pela escola da velha experiência partidária, sequer tomaram conhecimento do significado e da atuação nociva de tendências estranhas ao proletariado como, por exemplo, o trotsquismo. Em tais condições, alguns companheiros podem equi-

vocar-se no enfoque de questões da vida do Partido. O CC tem que considerar todos estes fatores para orientar-se de maneira correta no encaminhamento da luta interna.

Desde logo, deve estar interessado em que o coletivo partidário opine, interessado também em mobilizar e ativar o conjunto do Partido. Isto é necessário e exige, sem dúvida, a ampliação da democracia em suas fileiras. Ainda que a situação política não seja tão favorável e que a repressão continue ativa, são maiores as oportunidades para impulsionar a vida partidária.

Impõe-se lutar pela realização de reuniões normais dos organismos, com vista à assimilação da linha política e ao estímulo do debate das tarefas mais importantes. Os problemas fundamentais do trabalho prático do nosso Partido devem ser discutidos nas reuniões do Partido e a todos deve ser assegurada a possibilidade de criticar, dentro das normas partidárias, as propostas apresentadas por qualquer organismo do Partido. Resguardando o caráter clandestino da organização e sem cair no liberalismo, é aconselhável a realização de *ativos* para discutir a orientação e as tarefas, harmonizar sua aplicação e ouvir o Partido. Em particular, é necessário colocar o centro de gravidade de nossa atividade nas bases. Nossas bases são ainda fracas e precisam de ajuda para se transformar em órgãos efetivos de luta da classe operária, com pensamento ativo e iniciativa própria, com uma vida política intensa. Esse centro de gravidade ainda está nos CC.RR. E há CC.RR. que se satisfazem com o seu próprio trabalho, que se julgam simples órgãos de orientação, sem compreender que sua principal tarefa é organizar e mobilizar o Partido. Temos que nos esforçar para aumentar a atividade das bases e consultá-las tanto quanto possível.

Com o fim de aclarar as posições do Partido e os temas de maior interesse da atualidade, bem como para elevar o nível de consciência política dos nossos militantes, é conveniente organizar cursos rápidos de capacitação política e fazer reuniões de esclarecimento de nossa linha e de nossa atuação, dirigidas por camaradas que dominem a orientação partidária. Ao mesmo tempo, deve-se difundir ensinamentos sobre os fundamentos do Partido, sobre a sua experiência, sobre as tendências não-proletárias no seio do movimento operário.

Nosso Partido avançou na ampliação do trabalho coletivo ao proceder sua VII Conferência Nacional. As decisões dessa Conferência apresentam, embora em escala reduzida, um esforço na mobilização e consulta do ativo partidário. Mas a VII Conferência é somente um passo adiante. Ela considerou que, à medida que as condições do país permitirem, deve-se passar paulatinamente à aplicação integral dos princípios e normas estatutárias de funcionamento do Partido, auscultar mais freqüentemente o coletivo partidário e recolher suas opiniões e experiências de trabalho.

O Partido quer saber mais e decidir mais, indiscutivelmente um bom sintoma.

Creemos, camaradas, que é chegado o momento de cogitar acerca da convocação de um Congresso do Partido. Certamente, o Congresso do Partido, nas nossas condições, não é tarefa simples. Exige cuidadoso trabalho de preparação, encarado com grande responsabilidade. Somente os que não compreendem o alcance de um congresso partidário e o que ele significa na vida do Partido, inclusive no conjunto do movimento comunista mundial, acreditam na sua fácil realização. Ou então as pessoas mal intencionadas que não desejam um congresso para fortalecer o Partido e sua unidade, e sim como fator de desagregação, como instrumento de luta contra seus princípios básicos.

Ao pensar num congresso - momento de reflexão maior no Partido, de luta ideológica e de elevação do nível de consciência política e teórica de seus quadros - devemos examinar a realidade de nossas fileiras. Não obstante ter o Partido sobrevivido, de forma organizada, à fase mais dura da repressão, encontra-se ainda bastante desorganizado, consequência da dura clandestinidade. São muitos os militantes que não atuam nas organizações de base, operam à maneira individual. O Partido não funciona ainda como um todo organizado. Os organismos intermediários são precários, alguns deles provisórios ou recentemente constituídos. O próprio CC somente agora conseguiu realizar sua reunião plenária. Os efetivos partidários apenas agora começam a crescer. A composição social do Partido está longe de corresponder ao próprio caráter do Partido. Por sua vez, é pouco difundida a orientação política. Há muitos materiais do Partido, editados nestes últimos anos, praticamente desconhecidos. E há dispersão nas diretivas táticas. Aparecem distintas versões das diretivas partidárias e há camaradas que escrevem na imprensa aliada defendendo posições táticas em desacordo com a linha aprovada na VII Conferência.

Assim sendo, a realização exitosa de um Congresso do Partido exige o cumprimento de certas premissas, tais como:

a) Estruturar de cima a baixo o Partido, fortalecer seus órgãos de direção em todos os escalões, neles incluindo, tanto quanto possível, militantes oriundos do proletariado e elementos vindos das bases. Ainda que não tenham suficiente experiência, os operários possuem espírito prático e impulso revolucionário e sua atuação se volta naturalmente para o meio social de onde provêm;

b) Melhorar substancialmente a composição social do Partido e aumentar os efetivos com o recrutamento prioritário na classe operária. O caráter proletário do Partido deve expressar-se não apenas na sua ideologia mas também na sua composição social;

c) Levar a todo o Partido, explicando seu conteúdo, as decisões da VII Conferência e lutar por sua aplicação em toda a linha. A VII Conferência é marco importante na vida partidária e suas decisões ajudam o Partido a avançar. É preciso dar a conhecer também ao Partido outros materiais que ajudam a compreensão da nossa linha e da situação política.

O cumprimento destas premissas é fundamental e absolutamente necessário. Só assim teremos um congresso representativo e com base suficiente para assegurar um rápido desenvolvimento do Partido. A realização de tais premissas pode ser considerada como parte da preparação do Partido para o Congresso. Este seria o coroamento desse trabalho.

Estamos certos que é o único caminho correto. O Partido não pode subordinar-se à vontade de grupos ou frações que acaso se tenham formado em seu seio. Orienta-se de conformidade com as necessidades do seu desenvolvimento, do seu fortalecimento e da sua unidade.

Camaradas.

Neste informe estão colocadas as questões e as tarefas atinentes à luta interna que somos chamados a enfrentar no Partido. Nosso dever é defender o Partido e fazê-lo avançar. O Partido não se une de maneira abstrata, une-se em torno do CC e das decisões de seus organismos superiores.

Nesse sentido, a VII Conferência é um marco importante. Não é acidental que as "divergências" se tenham aguçado e aprofundado depois da sua realização. É que ela não só define a orientação e as tarefas do Partido para o momento atual como porque demarca posições e bloqueia o curso das atividades antipartido que se vinham sutilmente realizando. Nosso Partido tem um grande futuro. Venceu um período difícil de sua existência. Orgulhamo-nos desse passado e reverenciamos os heróis e mártires do Partido na luta contra a ditadura.

O prestígio da nossa organização cresceu, sua influência no quadro político aumentou. E aumentaram também as nossas responsabilidades. Não nos deixemos enlear na luta interna a ponto de paralisar a atividade política do Partido. Mobilizemos nossas forças, conquistemos novas posições, e esforcemo-nos para orientar com justeza a classe operária e o nosso povo no rumo da conquista da plena liberdade política, da democracia popular em marcha para o socialismo.

Março de 1980

O Comitê Central do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

BIBLIOTECA
DO
P C do B
REGIONAL RN

